

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL – 30/9/10

ORÇAMENTO 2011 – MEDIDAS CONTRA OS TRABALHADORES, OS PENSIONISTAS E O EMPREGO

O Governo acaba de anunciar as principais medidas para o Orçamento de 2011, que se centram num ataque brutal aos trabalhadores, em especial aos da Administração Pública, e causam impactos muito negativos sobre o emprego.

Com estas medidas não só o Governo assume a incompetência no modo como vem gerindo a Administração Pública, como traduz uma grave cedência aos que defendem políticas liberais sem dimensão social e à especulação financeira internacional que hoje incide sobre Portugal.

A situação exige uma resposta adequada dos trabalhadores e dos seus Sindicatos. A UGT e os seus Sindicatos lutarão contra estas medidas e afirmam-se disponíveis encetar diálogo com as restantes Organizações Sindicais, nesse sentido.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A UGT considera que estas medidas:

- Traduzem uma redução inaceitável e insustentável dos salários dos trabalhadores da Administração Pública, conduzindo não só ao congelamento como também a redução nominal dos trabalhadores de mais baixos salários (que passam a descontar mais 1% para a CGA);
- Atacam os direitos dos pensionistas, com o congelamento indiscriminado do seu valor e o agravamento da carga fiscal;
- Reduz direitos, nomeadamente na Saúde, e anuncia despedimentos por via da não renovação de contratos precários;
- Demonstram a total incapacidade do Governo e em particular do Ministério das Finanças em fazer uma gestão competente da Administração Pública, que não pode apenas ser dirigida por Decreto (com medidas cegas de carácter generalizado), tendo antes que haver uma

responsabilização directa de todos os que têm funções de gestão (desde os diferentes membros do Governo aos responsáveis pelos Organismos Públicos).

O Secretariado Nacional da UGT considera que estas medidas são socialmente inaceitáveis, em particular para os trabalhadores da Administração Pública, o que vai exigir aos Sindicatos uma resposta adequada.

A UGT apoiará os seus Sindicatos que representam trabalhadores da Administração Pública nas formas de luta que decidirem, nas reuniões que já estão marcadas, que deverão ser adequadas ao brutal ataque aos direitos dos trabalhadores através das medidas agora anunciadas.

UM ORÇAMENTO DESEQUILIBRADO

Esta proposta de Orçamento, ao colocar a redução do défice sobretudo no lado da despesa exige sacrifícios intoleráveis não só aos trabalhadores da Administração Pública, como também às famílias mais desfavorecidas, particularmente afectada pelos cortes nos medicamentos, no abono de família, nas prestações sociais,...

Sempre a UGT se bateu por um corte nas despesas, particularmente por via de uma melhor gestão dos Organismos (em especial nas grandes áreas do estado Social – Saúde, Educação e Segurança Social), avaliando adequadamente as grandes fontes de despesa (na Defesa e nos Investimentos) e promovendo uma melhor gestão dos efectivos, visando o aumento da produtividade (por ex. por via do reforço da mobilidade negociada e da mobilidade voluntária) e com responsabilização directa dos responsáveis a todos os níveis de decisão.

Mas também a estas medidas deveriam ser associadas medidas de aumento das receitas, que tenham em conta uma maior justiça fiscal, recaindo sobretudo sobre os mais elevados rendimentos. Neste sentido consideramos em particular:

- Um adequado combate à fraude fiscal, particularmente a economia clandestina que hoje atingirá mais de 20% do PIB;
- O combate à fraude no pagamento do IVA (fraudes nas importações e obrigação generalizada da passagem de factura);
- A redução dos benefícios fiscais em sede de IRC, que apenas contribuem para o aumento dos lucros;

- A penalização forte dos lucros não reinvestidos.

Registamos positivamente a introdução dum imposto sobre as transacções financeiras, mas nada é dito sobre o controlo das transferências de capitais (em especial para os paraísos fiscais) e a regulação do sector financeiro.

Aparentemente, só agora o Governo vai controlar o desperdício no Sector Empresarial do Estado, mas simultaneamente ao reduzir as transferências que compensam funções sociais, vamos assistir a um aumento de custos para os utentes, sobretudo na área dos transportes.

A UGT considera fundamental acabar com a dedução de prejuízos de investimentos das empresas nacionais no estrangeiro, sem uma adequada contrapartida na tributação dos lucros obtidos. É incompreensível que continue a ser promovido investimento no estrangeiro, desligado de objectivos de aumento das exportações ou de reforço de cooperações estratégicas (como os feitos com os Países de Língua Portuguesa).

Relativamente à transferência do fundo de Pensões da PT para o Estado a UGT exige uma total transparência na avaliação dos custos e benefícios. Todos sabemos que este Fundo está descapitalizado, não tendo, presentemente, um montante adequado para cumprir as responsabilidades no médio e longo prazos. Será totalmente inaceitável que esta transferência sirva para aumentar os lucros dos accionistas da PT à custa do Orçamento de Estado e por isso consideramos obrigatória uma avaliação completa por parte do Tribunal de Contas.

As medidas agora anunciadas são o culminar de um processo lamentável de debate na praça pública sobre o Orçamento pondo em causa a nossa credibilidade externa e favorecendo a aplicação de medidas anti-sociais.

Em Conclusão – Estas medidas prefiguram um novo PEC3, mas nada no passado nos garante sobre a situação futura e que um novo PEC4 futuro ainda piorará mais as condições de vida e de trabalho dos portugueses.

UM ORÇAMENTO PARA O DESEMPREGO

A criação de postos de trabalho exige investimentos públicos e privados.

A anunciar uma quebra generalizada no investimento público e sem nada referir como promover o investimento privado, estão-se a criar condições para em 2011 termos uma recessão e um brutal aumento de desemprego.

A UGT considera indispensável reavaliar a qualidade dos investimentos públicos e a sua rentabilidade financeira, económica e social. Grandes investimentos, como o TGV, podem e devem ser adiados e reavaliados. Mas o mesmo não deve acontecer de uma forma generalizada, sobretudo afectando a área social (na educação e protecção social), devendo ser promovidos investimentos municipais, em especial na reabilitação urbana.

O debate tripartido, em curso na CPCS, sobre o emprego só faz sentido se traduzir compromissos claros que melhorem a situação dos desempregados e promovam a criação de empregos. Por isso a UGT defende um Acordo Tripartido sobre o **Crescimento, a Competitividade e o Emprego**, tendo como bases fundamentais:

- O reforço das qualificações e de estabilidade de emprego;
- Mais negociação colectiva, base para a melhoria das condições de vida e de trabalho e duma adaptabilidade negociada;
- O aumento do salário mínimo em 1/1/2011 (cumprindo o Acordo existente) e uma repartição adequada da riqueza criada nas empresas;
- A sustentabilidade financeira da Segurança Social, com a entrada em vigor do Código Contributivo e dos seus objectivos fundamentais – combate à fraude – e á precariedade e alargamento da base contributiva (com consequências positivas sobre as pensões e as prestações sociais);
- A defesa do Estado Social;
- O combate às desigualdades sociais e à pobreza e exclusão;
- A melhoria do apoio aos desempregados, por via dos Centros de Emprego e das políticas activas de emprego, com especial atenção ao desemprego dos jovens e dos desempregados há mais de 1 ano.

Com consequências no Orçamento, consideramos que se deve aumentar o valor do IVA Social (para financiamento da Segurança Social), permitindo reduzir as contribuições dos trabalhadores e das empresas, particularmente o de mais baixos salários.

A UGT considera que o prazo limite para negociação desta matéria (com ou sem acordo) é o mês de Novembro próximo, face à urgência das medidas e ao seu impacto no Orçamento.

Todavia, há um ponto prévio que tudo condiciona: o Governo respeitar ou não os Acordos, particularmente sobre o salário mínimo, o Código Contributivo da Segurança Social e sobre as pensões. Ao congelar as pensões do regime contributivo, não respeitando a lei em vigor, que resultou dum Acordo Tripartido – o Governo viola gravemente as suas obrigações e põe em causa a boa-fé que sempre deve existir em CPCS.

A MANIFESTAÇÃO EUROPEIA DE 29 de Setembro

A UGT considera que foi um sucesso a grande manifestação europeia ontem realizada contra a Austeridade e pelo Crescimento e Emprego, convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos, o que saudamos.

O empenhamento e participação dos Sindicatos da UGT como dos sindicalistas de todos os Países Europeus, traduziu a unidade do movimento sindical na luta pela Europa Social e por uma actuação diferente dos Governos e Instituições Europeias que devem colocar o combate ao desemprego no centro das prioridades da União Europeia.

Lisboa, 30 de Setembro de 2010

Aprovado por unanimidade